

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA - CIR

Av. Sebastião Diniz, 1672 - Bairro São Vicente

CEP.: 69.303-120 - Boa Vista - RR - Brasil

Tel/Fax: ++ 55.95.224-5761

e - mail: cir@technet.com.br

INSTITUTO	SOCIOAMBIENTAL
Data	13/08/98
COD	64000052

Boa Vista/RR, 12 de setembro de 1997.

Exmos. Srs.

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República do Brasil

Rafael Caldera

Presidente da República da Venezuela

Excelentíssimos Senhores Presidentes,

Conselho Indígena de Roraima - CIR, entidade civil sem fins lucrativos, destinada a defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas neste Estado, promoveu juntamente com o Conselho Nacional Índio da Venezuela - CONIVE e Associação dos Povos Ameríndios - APA, o I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana, nos dias 27 a 30/08/97, onde foi discutido um leque de tópicos de comum interesse.

Após quatro dias de trocas de informações e debates sobre os problemas que afetam os povos indígenas dos três países, deliberamos:

Que os povos indígenas das regiões das fronteiras dos três países encontrem-se com suas terras invadidas, seus recursos naturais sendo esbulhados por terceiros, suas culturas e bases de sobrevivência sob pressão crescente de violências, desalojamentos e de um processo de desenvolvimento econômico que não contempla nossos legítimos direitos e sob o qual, no seu conjunto os nossos povos não foram consultados, embora, sejam diretamente afetados;

Enquanto paira sobre os povos indígenas de Roraima a ameaça da redução e fragmentação de uma das suas principais áreas Raposa/Serra do Sol,

embasado numa decisão inconsistente e ilegal, políticos locais manipulam pessoas regionais para invadir a área Yanomami;

Na Venezuela o governo prontifica vultuosos projetos de infra estrutura e mineração que se dariam em regiões de ocupação e memorial dos povos indígenas sem se quer conhecer a existência das populações indígenas ali, e que justo no Estado de Bolívar onde o governo mais obras pretende, não existe nenhuma palma de terra indígena titulada de forma definitiva;

Na república da Guiana o governo se empenha em abrir as terras indígenas para concessões a mineradoras e madeireiras multinacionais, e projeta projetos de infra estruturas sem contemplar os direitos dos povos indígenas, pondo em risco a sobrevivência dos povos, cuja as terras estão sendo extraviadas, muitas vezes sem se quer notificar muito menos consultar;

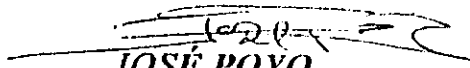
Resolvemos que:

1. Os três governos antes de mais nada deverão demarcar de forma definitiva todas as terras indígenas da região e retirar os invasores não indígenas das áreas.
2. Que os três governos coloquem em pauta nas discussões entre eles a questão de direitos indígenas visando harmonizar e nivelar as legislações da região para cima, de forma que os povos indígenas dos três países tenham seus direitos sobre as terras que ocupam e os recursos naturais e existentes nelas plenamente reconhecidos e protegidos, por lei e de fato.
3. Sejam implementado um moratório sobre novas concessões de mineração na região até que tenha uma legislação adequada para proteger os interesses dos índios, e a biodiversidade em todos os países, incluindo penas, sanções e condições institucionais para que sejam aplicados sobre atividades ilegais de mineração, e que a mesma seja implementada.
4. Os governos da Venezuela e Brasil colaborem efetivamente para retirar os garimpeiros ilegais da terra Yanomami e outras áreas indígenas.

5. Os governos, em consulta com as organizações indígenas criem um fundo para capacitação das populações indígenas e para apoiar os projetos indígenas de educação, saúde e desenvolvimento próprio.
6. Desde que haja vários povos da mesma etnia nos três países, que exista livre trânsito das populações indígenas nas áreas de fronteiras.
7. Que não continuem construindo novas bases militares em terras indígenas. Mediante as propostas feitas pelos povos indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana, estamos cientes que os nossos direitos não estão sendo cumpridos como consta nas constituições, e solicitamos que vossas excelências façam-se cumprir a lei que garantirá no futuro a vida dos povos indígena.

Respeitosamente,


JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA
Coordenador do CIR


JOSÉ POYO
Coordenador Geral do CONIVE


DAVID JAMES
Presidente da APA

I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana,

promovido pelo

**Conselho Indígena de Roraima - CIR,
Conselho Nacional Índio de Venezuela - CONIVE
Amerindian Peoples Association - APA**

Boa Vista/RR - 27 a 30/08/97

Após quatro dias de trocas de informações e debates sobre os problemas que afetam os povos indígenas dos três países, foram tomadas as seguintes deliberações:

Sobre Mineração

Propostas a Curto Prazo

Demarcar os territórios indígenas nos três países antes de que sejam concedidas concessões de mineração a particulares

Fazer um moratório sobre as novas concessões de mineração até que as leis sejam revisadas, especialmente em termos dos impactos sobre os direitos indígenas e a biodiversidade

Promover uma ação conjunta entre os governos da Venezuela e Brasil para retirar os garimpeiros que estão dentro do território Yanomami

Solicitar ao governo do Brasil a implementação de uma lei contra a mineração ilegal (garimpo) imediatamente

Pedir que o governo da Venezuela anule o decreto 1850 que permite a mineração na Reserva Florestal de Imataca

Pedir a outros países que realizem um monitoramento do desenvolvimento do projeto de lei que está sendo discutido no Brasil, que abre as possibilidades de mineração em territórios indígenas

Pedir a inclusão do Brasil no seminário sobre mineração promovido por Minewatch que se realizara na região

Propostas a Médio Prazo

Promover uma conferência internacional que enfoque exclusivamente as atividades de mineração nos três países

Promover um desenvolvimento dos padrões internacionais que regulam as atividades minerais nos três países, para eventualmente chegarem por penas pesadas sobre as atividades ilegais de mineração

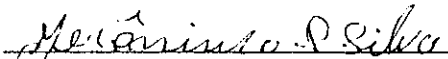
Pressionar os governos dos três países para que estabeleçam um comitê indígena que possa fazer pressão nas reuniões internacionais dos governos e foros internacionais
Fazer o zoneamento e promover o ordenamento territorial nas áreas indígenas e áreas indígenas para atividades específicas

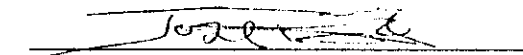
Propostas a Longo Prazo

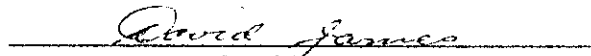
Promover a capacitação dos povos indígenas para que possam enfrentar os projetos de grande escala que os afetam

Criar um fundo para que nos três países se possam financiar atividades de educação sobre os direitos indígenas, administração e saúde, chamada "Operação Sobrevivência"

Reforçar os projetos de educação entre os Yanomami do Brasil e Venezuela para que possam estar capacitados para negociar, quando for necessário.


Jerônimo Pereira da Silva
Coordenador Geral do CIR


José Poyo
Coordenador Geral da CONIVE


David James
Presidente da APA

I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana,

promovido pelo
**Conselho Indígena de Roraima - CIR,
Conselho Nacional Índio de Venezuela - CONIVE
Amerindian Peoples Association - APA**

Boa Vista/RR - 27 a 30/08/97

Após quatro dias de trocas de informações e debates sobre os problemas que afetam os povos indígenas dos três países, foram tomadas as seguintes deliberações;

Sobre Calha Norte, SIPAM, SIVAM e PRODESSUL

Considerando que os povos indígenas das regiões fronteiras de Brasil, Venezuela e Guiana continuam sofrendo invasões, violências, desalojamentos, saque de seus recursos naturais, culturais e econômicos;

Considerando que o atual modelo de desenvolvimento com a implantação de macro-projetos de infra-estrutura (estradas, energia elétrica), de exploração e extração mineral não contempla os legítimos direitos e necessidades dos povos indígenas;

Considerando que se continuarem elaborando e implantando projetos econômicos e geopolíticos desconsiderando as populações indígenas da região fronteira (Prodessul, Calha Norte, Sipam e Sivam)

Considerando que os povos indígenas não são consultados e nem permitida sua participação efetiva nos projetos de aproveitamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

Os participantes deste primeiro Seminário Internacional de Povos Indígenas do Brasil, Guiana e Venezuela, exigem:

- 1. Que os povos indígenas sejam respeitados como povos étnicos e culturalmente diferenciados com direito e capacidade de definir nossos próprios projetos de vida presente e futuro.**
- 2. Que nossos territórios não sejam mais considerados “espaços vazios”, que precisam ser ocupados e explorados, mas que sejam todos**

efetivamente demarcados, livres de invasores e de outras formas de ocupação e pressão.

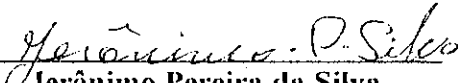
3. Que não se continue construindo novas bases militares em terras indígenas.

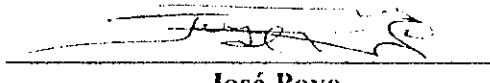
4. Que os governos permitam o livre transito das populações indígenas nas fronteiras.


5. Que os governos apoiem os projetos que estão sendo desenvolvidos pelos povos indígenas, de educação indígena, de saúde, redes de comunicação por rádio, transporte e atividades econômicas próprias.

6. Que os povos indígenas tenham a decisão sobre o uso das riquezas naturais renováveis e não renováveis existentes em seus territórios.

7. Que nos grandes projetos em nossos países, que dependem de financiamentos internacionais, só sejam liberados os recursos quando forem atendidas as reivindicações indígenas.


Jerônimo Pereira da Silva
Coordenador Geral do CIR


José Poyo
Coordenador Geral da CONIVE


David James
Presidente da APA